



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**ATA N.º 03/2021**  
**COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA**  
**REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA**  
**REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 2021, ÀS 13H**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, por meio de videoconferência, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa, Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes, Vice-Presidente Administrativa; os Desembargadores membros do Comitê: Desembargador Sérgio Pinto Martins, Corregedor Regional; Desembargador Nelson Bueno do Prado; Desembargador Mauro Vignotto; a Coordenadora do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Desembargadora Sueli Tomé da Ponte; os(as) Magistrados(as) representantes do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, Paula Becker Montibeller Job e Carlos Abner de Oliveira Rodrigues Filho; os Juízes membros do Comitê: Rogério Moreno de Oliveira, Auxiliar da Presidência; o Magistrado indicado pela Amatra-2, Frederico Monacci Cerutti, os(as) Servidores(as) membros do Comitê: Oswaldo José Costa da Silva Leme, da Secretaria-Geral da Presidência; Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira, da Secretaria-Geral Judiciária; Maria Inês Ebert Gatti, da Secretaria da Vice-Presidência Administrativa; Eliana Maria Damaceno Velkis, da Secretaria da Corregedoria Regional; Rômulo Borges Araujo, Diretor-Geral da Administração; Marcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações; Antônio Donizete Ferreira da Silva, Diretor da Secretaria de Segurança Institucional; Denize Mota, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas; Renata Aparecida Cursino Pires, Diretora da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Narjara Jacó da Silva e Silva, Diretora da Secretaria de Saúde; Aquiles José Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Maria Claudia Daidone, Diretora da Secretaria da Escola Judicial; Elaine Caire, Diretora da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos e sua equipe: Patrícia Andrade Castro Carvalho, Filipe Gioielli Mafalda, Filipe Vieira de Lima, Daniela Vilaça Castagna, Marcos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Vinícios Carneiro Rocha, Milena Cavalcante Braga e Antônio Carlos Galon de Queiroz; Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Ricardo Alex Serra Viana, Diretor da Coordenadoria de Apoio ao Planejamento e à Governança de TIC; Gabriel Pio de Paula, Diretor da Coordenadoria de Serviços Integrados à Promoção da Qualidade de Vida; Maria da Graça Navarro e Luiz Antônio Loureiro Travain, Diretores do NUPEMEC-JT2; Arlindo Antonio Teixeira da Costa, Diretor da 14ª Turma; Tarcísio Ferreira, servidor representante do SINTRAJUD e demais servidores: Karina Casola Marsaiolli, servidora da Diretoria Geral da Administração; Alberto Marcos Nannini Júnior, servidor da Secretaria de Comunicação Social; Camila Almeida Neves de Carvalho, servidora da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, da Seção de Acessibilidade e Inclusão, com a finalidade de discutir questões relacionadas ao Planejamento Estratégico Institucional. O Juiz Titular Rodrigo Garcia Schwarz e a Diretora Aline Maria de Castro Silva justificaram suas ausências.

A Desembargadora Tania iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e todas. Em seguida, passou a palavra para o Diretor Márcio Milan, que apresentou brevemente a pauta da reunião:

1. Apresentação dos resultados dos indicadores do PEI 2021-2026;
2. Apresentação dos resultados do Processo de Gestão de Riscos referentes ao exercício 2021;
3. Aprovação da Matriz dos Riscos Positivos;
4. Apresentação dos resultados do NUPEMEC-JT2;
5. Apresentação dos resultados dos Projetos Institucionais;
6. Aprovação do Manual de Gerenciamento de Processos.

Na sequência, deu a palavra ao Diretor Gustavo para a exposição do item 1 da pauta - *Apresentação dos resultados dos Indicadores do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2026*.

O Diretor Gustavo cumprimentou os participantes e explanou a respeito dos indicadores do PEI referente ao ano 2021, conforme segue:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**IS-JT: Índice de Satisfação** - Calcula o nível de satisfação dos usuários de serviços prestados pelo TRT-2. O Diretor afirmou que, em 30/06/2021, o Tribunal superou a meta estabelecida com percentual de 87,5% de cumprimento. Ressaltou que utilizam os serviços prestados pela Ouvidoria e pelo NUPEMEC para medir o indicador e que está sendo realizado estudo para inclusão dos serviços prestados pelo Balcão Virtual.

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>			85,0%	86,0%	87,0%	88,0%	89,0%	90,0%
<b>Realizado</b>			87,5%					
			*até 30/06					

**IIA2030: Índice de integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário** - Calcula a aderência do TRT-2 ao plano de ação estabelecido. O Diretor informou que o TRT-2 executou integralmente o Plano de Ação estabelecido e apresentado ao Conselho Nacional de Justiça, cumprindo a meta com o percentual de 100%. O Diretor esclareceu que a meta deste indicador é cumprir as ações planejadas dentro do plano de ação estabelecido.

**IAM-PLS: Índice de alcance das metas do PLS** - Mede o percentual de indicadores do PLS que alcançaram suas metas em relação ao total de indicadores, com meta definida, medidos no período. Gustavo informou que o PLS passará por uma reestruturação no início de 2022 e os indicadores serão revistos. Assim, neste momento, não é possível medir este indicador.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		70,0%	75,0%	80,0%	85,0%	90,0%	95,0%	100,0%
<b>Realizado</b>		81,0%						

**IPJ: Índice de Processos Julgados - Meta Nacional 1** - Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de processos distribuídos no 1º e 2º graus. O Diretor Gustavo destacou que até o dia 30/11/2021 o Tribunal atingiu o percentual de 95,3% da meta, ressaltando que a expectativa é o cumprimento total da meta ao final de 2021.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Realizado</b>	73,8%	95,3%					
		*até 30/11					

**IPAJ: Índice de Processos Antigos Julgados** - Mede o percentual de processos julgados que foram distribuídos até o ano t-2 em relação ao total de processos distribuídos até o ano t-2, no 1º e 2º graus. O Diretor Gustavo comunicou que até o dia 30/11/2021 o Tribunal atingiu o percentual de 92,1% de cumprimento da meta e pontuou que a tendência é cumprimento integral da meta.

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%
<b>Realizado</b>	96,0%	92,1%					
		*até 31/07					

**TCL: Taxa de Congestionamento Líquida** - Mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução (retirando do acervo os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório), em relação ao total tramitado no período de um ano, no 1º e 2º graus. Gustavo esclareceu que em 2020 atingimos 44,2% da meta e que até o dia 30/11/2021 o Tribunal atingiu 48,3% do cumprimento da meta. O Diretor ressaltou que este indicador sofrerá alteração no 15º Encontro Nacional do Poder Judiciário e que a tendência é a diminuição do percentual estabelecido. Considerando a fase de execução, ponderou acerca da dificuldade deste Regional em atingi-la.

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>	-	42,2%	41,2%	40,2%	39,2%	38,2%	37,2%
<b>Realizado</b>	44,2%	48,3%					
		*até 30/11					

**IdACERVO: Idade do Acervo** - Indica o tempo de duração dos casos pendentes de baixa (1º e 2º graus), decorrido entre a data da autuação/recebimento até o último dia do ano-base. O Diretor explanou a respeito do indicador, esclarecendo que se trata de uma meta nova e que o indicador é medido em dias, conforme consta no quadro abaixo:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	2000	1960	1920	1880	1840	1800
<b>Realizado</b>		2019	2040					
			*até 30/06					

O Diretor informou que houve um problema no Sistema e-Gestão, que já abriram chamado e estão aguardando uma solução. Desta forma, ficaram impossibilitados de realizar a medição atual deste indicador. Pontuou que até o dia 30/06/2021 o tempo de duração dos casos pendentes de baixa (1º e 2º graus) é de 2040 dias.

**NMGR: Nível de Maturidade Global de Riscos** - Avalia o nível de maturidade organizacional em gestão de riscos com vistas à melhoria do desempenho da organização no cumprimento de sua missão institucional de gerar valor para as partes interessadas com eficiência e eficácia, transparência e *accountability* e conformidade com leis e regulamentos. O Diretor Gustavo esclareceu que o indicador é novo e que o objetivo era fixar um percentual em 2021 e aumentar 10% até o final do ciclo. No entanto, após a medição referente ao exercício 2021, este Regional atingiu o percentual de 9,6% de cumprimento da meta. O Diretor ponderou a possibilidade desta meta ser revista em uma próxima RAE.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	40,0%	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
<b>Realizado</b>		-	9,6%					

**IC: Índice de Conciliação** - Calcula o percentual de processos que foram solucionados por conciliação. Gustavo apresentou o resultado da meta, conforme quadro abaixo:

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		45,0%	51,0%	52,0%	53,0%	54,0%	55,0%	56,0%
<b>Realizado</b>		54,6%	53,6%					
			*até 30/11					



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Após, pontuou que o TRT-2 sempre cumpriu esta meta e que este indicador é dos pontos fortes deste Regional com o alcance de bons resultados.

**TMAI: Tempo médio entre a admissibilidade do incidente e a publicação da decisão com definição da tese jurídica** - Indica o tempo decorrido entre a admissibilidade dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) e a publicação da decisão com definição da tese jurídica, em relação ao total de IRDRs e IACs publicados no ano. O Diretor esclareceu que a Coordenadoria de Estatística e o NUGEPNAC estão analisando a melhor forma para realizar a medição deste indicador. Ressaltou que este Regional não possui dados estruturados para realizar a medição do indicador e que precisam fazer uma consulta ao CSJT a respeito da possibilidade de alteração da fórmula ou a indicação de um novo indicador para que o mesmo possa ser medido. Afirmou que o assunto será tratado na próxima Reunião de Análise Estratégica.

**IGG: Índice Integrado de Governança e Gestão** - Obtém e sistematiza informações sobre a situação de governança pública e gestão, de maneira a identificar os pontos mais vulneráveis e induzir melhorias nessas áreas. O Diretor afirmou que o índice deve ser calculado tendo como referência a metodologia adotada pelo TCU e que os itens de verificação do iGG são: a) Governança pública – Liderança; b) Governança pública – Estratégia; c) Governança pública – *Accountability*; d) Gestão de pessoas; e) Gestão de tecnologia da informação; f) Gestão de contratações. Ressaltou que a última vez que o TCU mediu este indicador foi em 2018, quando o TRT-2 atingiu o percentual de 42% e que no exercício de 2021 a meta atingiu o percentual de 57,2% de cumprimento.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	45,0%	50,0%	55,0%	60,0%	65,0%	70,0%
<b>Realizado</b>		42%*	57,2%					
		*2018						



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**ICEC95-JT: Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016** - Acompanha mensalmente e cumprimento do limite de gastos determinado pela EC 95/2016, estabelecendo uma cultura de programação de gastos dentro do exercício financeiro. Gustavo informou que até 31/10/2021 este Regional atingiu o percentual de 77,4% de cumprimento da meta e que a tendência é o seu cumprimento integral.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Realizado</b>		-	77,4%					

**IRPLGE: Impacto de Restos a Pagar inscritos no limite de gastos para o exercício** - Mede o percentual de restos a pagar inscritos em relação ao limite de gastos do TRT-2 para o exercício. Gustavo pontuou que o indicador é novo e que a meta deve ser definida na presente reunião. Para deliberação, sugeriu como meta o percentual de 0,5% durante o ciclo 2021-2026, tendo em vista que o percentual realizado no exercício de 2020 foi de 0,6%. O Comitê aprovou a meta sugerida.

**IPSMS: Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores** - Mede o percentual de magistrados e servidores que realizaram exame periódico de saúde. O Diretor esclareceu que em 22/06/2021 foi publicada a versão 4 do Glossário de Metas Nacionais, na qual consta a suspensão dos exames periódicos de saúde para aferição da Meta 10. Salientou que a meta para 2021 é de 15% e o TRT-2, até o dia 30/06/2021, atingiu o percentual de 1,8%. Ponderou o aumento do percentual de cumprimento da meta, em razão da quantidade de solicitação de teletrabalho, no qual possui como requisito a realização do exame periódico. No entanto, não descartou a possibilidade de não cumprimento da meta, tendo em vista a continuidade da pandemia Covid-19.

		2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	15,0%	16,0%	17,0%	18,0%	19,0%	20,0%
<b>Realizado</b>		2,5%	1,8%					
			*até 30/06					



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

**CLIMA: Clima Organizacional** - Calcula o percentual de avaliações positivas recebidas nas pesquisas de clima organizacional em relação ao total de pesquisas respondidas. O Diretor afirmou que o indicador mede o grau de satisfação dos magistrados e servidores em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente da organização, tais como: trabalho em equipe, liderança, conhecimento do Tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação. Pontuou que a última pesquisa de Clima Organizacional foi realizada, em 2019, na vigência do PEI 2015-2020, e que este Regional atingiu o percentual de 80,5% de cumprimento da meta. Destacou que o TRT-2 aplicou a pesquisa de Clima Organizacional e que, como o prazo para resposta ainda não acabou, não foi possível trazer o resultado deste indicador. O Diretor aproveitou a oportunidade e solicitou aos presentes que respondessem a pesquisa, ressaltando que a avaliação do indicador está prevista para o início de 2022.

	2019(base)	2021	2023	2025
<b>Meta</b>	75,0%	80,0%	82,5%	85,0%
<b>Realizado</b>	80,5%			

**IPJE: Índice de processos judiciais eletrônicos** - Mede o nível de informatização do Tribunal, considerando o total de casos pendentes eletrônicos em relação ao total de casos pendentes (1º e 2º graus). O Diretor Gustavo afirmou que este Regional já cumpriu a meta estabelecida para o ano corrente.

	2020(base)	2021*	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
<b>Realizado</b>	99,6%	100,0%					
		*até 30/11					

**ICISSBD: Índice de conformidade da integridade e segurança dos sistemas e das bases de dados** - Visa garantir a conformidade dos Tribunais da Justiça do Trabalho em relação aos normativos vigentes principalmente à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O Diretor Gustavo esclareceu que o índice de adequação será obtido por meio de





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

questionário. A nota final será calculada com base nas respostas de cada questão. Cada questão terá um valor atribuído de 0 a 1. A consolidação das respostas indicará o nível de adequação baseada na seguinte escala: 0,00 a 0,29 - Inicial; 0,30 a 0,49 - Básico; 0,50 a 0,69 - Intermediário; 0,70 a 0,89 - Em Aprimoramento; 0,90 a 1,00 - Aprimorado. Afirmou que o questionário a ser aplicado está sendo analisado conjuntamente pela SGEF e SETIC, e fizeram uma consulta ao CSJT para verificar a manutenção do questionário ou a alteração da fórmula de cálculo do indicador.

		2020(base)	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta</b>		-	0,30	0,50	0,70	0,80	0,90	1,00
<b>Realizado</b>		-						

**ISTIC-JT: Índice de satisfação com os sistemas de TIC** - Mede o grau de satisfação do atendimento às necessidades dos usuários finais, ou seja, a qualidade percebida por esses usuários quanto à satisfação de suas demandas de sistemas de informação jurídicas e administrativas. Gustavo esclareceu que a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários ainda não foi realizada, não sendo possível realizar a medição deste indicador.

Em seguida, o Diretor Gustavo se despediu e passou a palavra para a Coordenadora do Comitê, que parabenizou o trabalho realizado pela Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores e solicitou ao Diretor Márcio Milan o prosseguimento da reunião.

O Diretor Milan esclareceu que durante o primeiro ano do PEI é natural que ocorra ajustes nos indicadores e nas metas, a fim de analisarmos a viabilidade deles e destacou que algumas situações são definidas no cenário nacional e transmitidas aos Regionais.

Ato contínuo, agradeceu, em nome da Coordenadora do CPGP e da SGEF, os resultados obtidos no Prêmio CNJ de Qualidade 2021 com a premiação ouro. Apresentou ainda um gráfico demonstrando a evolução dos resultados atingidos pelo TRT-2 ao longo dos últimos anos: 2019 com percentual de 69%, 2020 com percentual de 73,80% e 2021 com percentual de 81,42%. Salientou a subida expressiva nos resultados, mesmo diante do cenário da pandemia Covid-19, e pontuou o empenho de toda a Instituição para o alcance dos resultados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Após, o Diretor Márcio Milan abordou o item 2 da pauta - *Apresentação dos resultados do Processo de Gestão de Riscos referente ao exercício 2021*. Comunicou que este Regional se apoia em alguns normativos internos que direcionam a Gestão de Riscos Institucional, como a Política de Governança, Gestão de Riscos e *Compliance* (Ato GP/VPA nº 03/2019), o Plano de Gestão de Riscos (Ato GP nº 01/2020 - Framework: ISO 31000/2018), o Manual de Gestão de Riscos (Ato GP nº 01/2020) e o Relatório de Gestão de Riscos, que é um documento elaborado pela Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos (Coordenadoria de Governança e Projetos – Seção de Riscos e *Compliance*), para subsidiar a Alta Administração com informações pertinentes e de qualidade para a tomada de decisão. Salientou que todos os documentos estão disponíveis na intranet do Tribunal: *Por dentro do TRT>Gestão de Riscos e Projetos Institucionais*.

O Diretor explanou a respeito das fases da Gestão de Riscos, informando que as fases de Estabelecimento de Contexto, a 1ª Etapa - Riscos Negativos e a 2ª Etapa - Riscos de Conformidade foram concluídas em 2020 e que a 3ª Etapa - Riscos de Integridade foi finalizada em 2021. Comunicou que a 4ª Etapa - Riscos Positivos está em fase de finalização, esclarecendo que este Regional também aborda e explora as oportunidades. Informou que o Projeto Institucional de Implementação da GR na Área Judiciária (1ª e 2ª Instâncias) teve início em outubro de 2021, que se trata de uma etapa mais longa, com muitas informações a serem levantadas e analisadas. Salientou a finalização do Projeto Piloto de Implementação da GR na Área Judiciária (1ª e 2ª Instâncias) e afirmou que a Lei Geral de Proteção de Dados será abordada dentro dos Riscos de Conformidade, por se tratar de demanda normativa, com previsão para 2022.

O Diretor pontuou que, quanto aos tratamentos dos riscos, há 326 Planos de Ação (5W2H) e que, após o monitoramento, foi identificado que 44% dos tratamentos não foram iniciados. Quanto aos Riscos Negativos, informou que há 256 Planos de Ação, 93% sem custos ao TRT-2, o que é considerado um cenário muito positivo. Destacou que cerca de 30% dos tratamentos foram finalizados, sinalizando que houve um avanço, e cerca de 36% não foram iniciados, o que deve ser considerado como um sinal de alerta para os gestores de riscos.

O Diretor pontuou que, quanto aos riscos de conformidade, há 70 Planos de Ação, 77% sem custos para o TRT-2. Salientou que cerca de 23% dos tratamentos foram



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

finalizados e cerca de 50% dos tratamentos não foram iniciados, o que também deve ser considerado como um sinal de alerta para os gestores de riscos.

Ato contínuo, o Diretor Márcio Milan apresentou a Matriz de Riscos, comparando o número de riscos por nível de riscos, em relação à RAE anterior. Nesse sentido, ponderou que a quantidade de risco considerado baixo passou de 31 para 43 e explicou que, quando colocamos os planos de ação em prática, os riscos mudam de quadrante para uma situação mais gerenciável. Destacou que o mesmo ocorreu com a quantidade de risco considerado médio que aumentou de 209 para 238. Nas situações mais críticas, quando os riscos são considerados altos e extremos, tivemos uma situação inversa, ou seja, houve uma diminuição dos riscos. A quantidade de risco alto passou de 184 para 160 e a de risco extremo passou de 68 para 60. O Diretor Márcio ressaltou ainda que foram identificados 351 riscos negativos, gerenciados por 846, e 150 riscos de conformidade, gerenciados por 332 controles, totalizando 501 riscos e 1178 controles.

Quanto aos riscos de Integridade, o Diretor Márcio Milan pontuou que no estabelecimento do rol de riscos de integridade institucionais foram identificados 26 riscos, conforme violações contidas no Plano de Integridade. Esclareceu que os tratamentos aos Riscos de Integridade serão discutidos, determinados e acompanhados pelo Grupo Técnico de Integridade. Salientou que 10 riscos se encontram dentro do apetite institucional, ou seja, para a Instituição é mais vantajoso tolerar esses riscos do que tratá-los. Afirmou ainda que há a necessidade implantar tratamento, de forma prioritária, de 14 riscos, que são considerados mais críticos.

Em seguida, o Diretor apresentou a Matriz dos Riscos Positivos, esclarecendo que esses riscos são o efeito positivo da incerteza nos objetivos. Destacou que é preciso explorar as oportunidades com uma matriz de riscos específica, também baseada no impacto e na probabilidade, tendo como respostas aos riscos: Aceitar, Compartilhar e Explorar. Ressaltou que a abordagem dos riscos positivos será feita de forma institucional para que o ganho seja para o Tribunal como um todo ou para uma boa parte dele. Salientou que o objetivo é estabelecer um rol prioritário de riscos positivos institucionais e que os tratamentos aos riscos positivos serão discutidos com as áreas envolvidas. Após a explanação, o Diretor solicitou a aprovação do documento pelo Comitê, o que foi deferido pelos presentes.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor Márcio abordou a respeito do Programa de Gestão de *Compliance* no TRT-2, informando que o Grupo Técnico de Integridade foi instituído por meio do Ato GP/VPA 03/2021; que os envolvidos na construção do Programa foram capacitados e que foi realizada a sistematização da ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de *Compliance*) para atualização da Política de Governança e Gestão de Riscos e *Compliance* (Ato GP/VPA 03/2019), que se encontra em fase de publicação.

O Diretor pontuou que o alinhamento do Plano de Ação de Integridade aos controles sugeridos pelo TCU está em discussão e que a execução do Plano de Ação de Integridade, a sistematização do Programa de *Compliance*, elaboração, aprovação e publicação das políticas acessórias necessárias estão previstas para 2022.

Em seguida, o Diretor Márcio Milan passou a palavra ao Diretor Luiz Travain que abordou a respeito do item 4 da pauta - *Apresentação dos Resultados do NUPEMEC-JT2*. O Diretor Luiz esclareceu inicialmente que o NUPEMEC-JT2 possui o objetivo de transformação da cultura de sentença para a cultura de paz e conciliação. Pontuou que a Unidade está prevista nas Resoluções do CSJT nºs 174/2016 e 288/2021.

O Diretor Luiz Travain informou que o NUPEMEC-JT2 é coordenado pela Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes e composto pelo NUPEMEC de 1ª Instância, com estrutura de oito CEJUSCs-JT de 1º Grau. Ressaltou que o TRT-2 foi o primeiro Tribunal do país a atuar com demanda pré-processual em dissídios individuais e a criar o Plantão CEJUSC – Covid, dispondo de uma estrutura diferenciada e atendendo às Recomendações do CNJ, CSJT e TST. Informou a respeito do NUPEMEC-JT2 – 2ª Instância, também coordenado pela Dra. Tania Bizarro e tendo como Diretora Maria da Graça Navarro.

Destacou que, até 30/09/2021, foram realizadas 23.060 audiências de conciliação nos CEJUSCs e 7.556 acordos efetivados. E, ainda que de janeiro de 2019 a 30 de setembro de 2021, foram realizadas 87.711 audiências de conciliação, com 31.354 acordos homologados no referido período.

Comunicou que os CEJUSCs estão com 12 magistrados e o total de conciliações realizadas no NUPEMEC-JT2 CI representa 11,37% de todo o montante de conciliação realizada neste Regional. O Diretor informou os valores líquidos movimentados pelos



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

CEJUSCS-JT, totalizando na 1ª Instância o valor de R\$ 2.075.914.612,06, na 2ª INSTÂNCIA o Instância o valor de R\$ 152.180.934,95, sendo o total geral o valor de R\$ 2.228.095.547,01.

O Diretor Luiz Travain salientou a importância dos acordos extrajudiciais e a tendência de aumentar esse tipo de acordo. Informou que desde a Reforma Trabalhista, ocorrida em 2017, até 31 de julho de 2021, o NUPEMEC-JT2 (incluindo todos os CEJUSCS-JT, 1ª instância) atenderam 28.305 casos até setembro de 2021. Ressaltou que o NUPEMEC-JT2 é um dos únicos setores da Justiça do Trabalho que realiza de forma constante as análises quantitativa e qualitativa, tendo sido, nesse quesito, realizada Pesquisa Eletrônica de Satisfação em Conciliação (PESC) da Justiça do Trabalho de São Paulo, cujo projeto, inclusive, foi reconhecido como boas-práticas CNJ. Informou que as partes e os advogados demonstraram grande contentamento com os serviços prestados. No total, 85,38% dos participantes deram notas 9 e 10 para a experiência de conciliação nesses centros. O levantamento foi realizado entre setembro e dezembro de 2021, relativo aos serviços de conciliação oferecidos pelo Regional em todo o ano passado. Nessa edição, foram 3.345 participantes. Quase a totalidade das audiências foi realizada em formato telepresencial (99,79%). Sobre o tempo de espera e se a audiência ocorreu no horário, 96,34% deram conceitos ótimo e bom. Quanto à cordialidade e o tratamento dispensado pelos servidores no momento do pregão, indicação da mesa de audiência e acomodação, 95,12% consideraram ótimo e 4,45% disseram que foi bom. Quanto à condução dos trabalhos pelos conciliadores, esclarecimento de dúvidas ou sugestões das partes, 90,25% consideraram ótimo e 8,79% afirmaram ter sido bom. Com essa forma de gestão estratégica, o diretor Luiz Travain salientou o cumprimento da Missão, da Visão e dos Valores institucionais defendidos pelo Regional.

O Diretor Luiz destacou alguns prêmios recebidos pela Unidade, dentre outros, o Prêmio Conciliar é Legal – Conselho Nacional de Justiça – Categoria: Tribunais Regionais do Trabalho – X Edição - 2019, com o projeto: “Atlas da Conciliação e Plano de Incentivo à Conciliação Trabalhista. – TRTSP” e a importância do intercâmbio de informações com outros Tribunais Federais e Estaduais e que, atualmente, o NUPEMEC-JT2 CI é um dos setores mais premiados de todo o Poder Judiciário. Agradeceu o empenho da equipe.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor Luiz Travain finalizou sua participação e passou a palavra ao Diretor Márcio Milan que explanou a respeito do item 5 da pauta *Apresentação dos resultados dos Projetos Institucionais*.

O Diretor Márcio informou que, até o mês de novembro de 2021, 55% dos projetos estão no prazo, 9% estão com pouco atraso, 9% em atraso, 18% estão suspensos e 9% estão em planejamento. Explicou que o projeto é considerado dentro prazo com até 5% de desvio; de 5% a 20% de desvio, o projeto é considerado com pouco atraso; mais de 20% de desvio, o projeto é considerado em atraso e requer replanejamento, passando a pormenorizar os respectivos status.

Esclareceu que o Projeto CPGP 05/2019 - Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio – está com progresso de 80% e que foram migradas todas as contas concluídas. No entanto, algumas contas apresentaram erros e estão sendo realizados ajustes para correção. Comunicou que o Projeto CPGP 01/2020 - Selo de Excelência do TRT-2 está com progresso de 67%. Afirmou que houve a finalização do questionário e das pontuações relativas ao selo; que foi definida a identidade visual do projeto e iniciado o piloto na 1ª Instância. O Diretor aproveitou a oportunidade e agradeceu a parceria da Secom com a SGEP. No que se refere ao Projeto CPGP 02/2020 – Migração do Sistema de Licitação e Contratos, comunicou que o projeto está com progresso de 96%, que foi concluída a migração de dados para o sistema, que alguns erros surgiram nos testes finais e que a equipe está buscando solução com o Tribunal desenvolvedor. Quanto ao Projeto CPGP 01/2021 Digitalização de Processos Físicos - Arquivo Provisório, pontuou que o projeto atingiu o progresso de 35% e foi iniciada a logística de envio dos processos à empresa de digitalização no mês de outubro/2021. Afirmou que o CPGP 02/2021 Implantação do Processo de Gestão de Riscos nas Unidades Judiciárias do TRT-2 atingiu o progresso de 9% e foi iniciado em outubro/2021. Comunicou que houve a elaboração de material consultivo para alinhamento de conceitos e utilização ao longo do projeto, bem como a elaboração preliminar da “Análise SWOT” da área judiciária.

Em seguida, o Diretor Milan explanou a respeito dos Projetos Institucionais do Plano Diretor de Gestão de Pessoas. Afirmou que o Projeto PDGP 02/2019 - Implantação da Gestão por Competências, informou que o projeto está com progresso de 70%, que houve a validação da matriz de competências e iniciado o cadastramento das competências no



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Progecom. Destacou que foi realizada capacitação de Liderança e Gestão por Competências para alguns gestores e gestoras de Varas da área judiciária e que as correções do Banco de Talentos estão em andamento. Pontuou que o Projeto PDGP 04/2019 - Plena implantação do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEP – depende de um conjunto de soluções nacionais e que está com progresso de 80%. Salientou que 6 dos 12 módulos do sistema foram implantados e que a evolução do projeto pode ser replanejada de acordo com as entregas feitas pelos Tribunais desenvolvedores. Ressaltou que 23 TRTs utilizam o Sistema Sigep e que o TRT-2 é o pioneiro e o coordenador deste sistema, tendo sido elogiado pelo trabalho desenvolvido ao longo de sete anos em um evento realizado pelo CSJT. No que se refere ao Projeto PDGP 01/2020 – Autoconhecimento e Vivências, informou que o projeto está com progresso de 78%, que os encontros virtuais continuam sendo realizados e que a equipe do projeto busca melhorias. Salientou que a ferramenta para o gerenciamento dos encontros e das inscrições está em andamento e que foi criado um espaço para divulgação de conteúdo do projeto no Portal do Magistrado e do Servidor.

O Diretor Márcio Milan informou que os Projetos PDGP 01/2019 Mapeamento, Redesenho e Implementação dos Processos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com progresso de 65%, e PDGP 01/2019 Mapeamento, Redesenho e Implementação dos Processos da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), com progresso de 32%, foram suspensos e tiveram o andamento impactado em razão do desenvolvimento da metodologia de gerenciamento de processos do TRT-2.

O Diretor Márcio salientou que o Programa de Melhorias dos Processos de Trabalho da Secretaria de Precatórios se deu a partir da conclusão do projeto CPGP 04/2020 - Mapeamento e Diagnóstico dos Processos de Trabalho da Secretaria de Precatórios e que está em fase inicial de planejamento. O Diretor aproveitou a oportunidade e agradeceu o engajamento dos servidores e servidoras da Secretaria de Precatórios nos projetos.

O Diretor Márcio passou a abordar o item 5 da pauta - *Aprovação do Manual de Gerenciamento de Processos*. Ponderou que o documento foi enviado por e-mail para análise prévia dos presentes e que Manual de Gerenciamento de Processos de Negócio do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) é formado por práticas e técnicas para orientar os(as) envolvidos(as) na análise, monitoramento e melhoria de processos de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

trabalho para elevar a efetividade da atividade de gerenciamento dos processos institucionais. Após, solicitou aprovação dos presentes, o que foi deferido.

O Diretor Márcio Milan encerrou sua apresentação com uma mensagem final e passou a palavra para a Desembargadora Tania Bizarro Quirino de Moraes.

A Coordenadora do Comitê despediu-se dos presentes e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão. Para constar, foi lavrada a presente ata.

**DESEMBARGADORA TANIA BIZARRO QUIRINO DE MORAIS**  
Vice-Presidente Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região  
Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão Participativa